



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

DSATS

A Secretária-Geral

16/7/04

[Handwritten signature]

Exm.^a Senhora
Secretária Geral da Assembleia da
República

S/ referência

S/ comunicação

N/ referência

Data

Of. 5722/MAP/04

16.Jul.2004

Assunto **Resposta ao Requerimento n.º 864/IX/2ª**

Por determinação de Sua Excelência o Ministro dos Assuntos Parlamentares, junto envio a resposta dada por Sua Excelência o Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, ao requerimento melhor identificado em epígrafe, apresentado pelos Senhores Deputados Alberto Antunes e Luís Miranda (PS).

Com os melhores cumprimentos,

[Handwritten signature]

Á. DAPLEN
2004-07-16

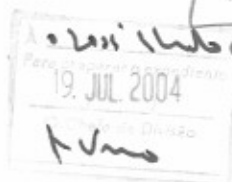
A Director de Serviços
[Handwritten signature]

O Chefe do Gabinete,

[Handwritten signature]

(Rui Crull Tabosa)

iol



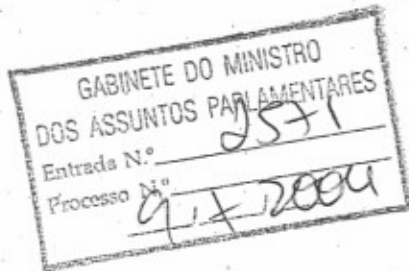
16/07/04
Proc.º n.º 3

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
Entrada N.º 01576 em 20/4-07-16



MCOTA - Of.N.: 5853

Data: 2004-07-08

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

Exmo. Senhor
Dr. Rui Crull Tabosa
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares

Palácio de S. Bento (A.R.)
1249-068 Lisboa

NA RESPOSTA QUEIRA INDICAR
SEMPRE A NOSSA REFERENCIA

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
1749/MAP/2004	2004-03-01	Proc.40.01 Reg. 2216	

Assunto: **Requerimento n.º 864/IX/2ª dos Senhores Deputados Alberto Antunes e Luís Miranda (PS)**
- Candidaturas ao Fundo de Coesão dos Sistemas Intermunicipais de Abastecimento de água e Saneamento de Águas Residuais do Alentejo Central (AMCAL), Baixo Alentejo (AMALGA) e Alentejo Litoral (AMLA)

Com vista à prestação dos esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados Alberto Antunes e Luís Miranda através do requerimento acima identificado no qual solicita informação sobre Candidaturas ao Fundo de Coesão dos Sistemas Intermunicipais de Abastecimento de água e Saneamento de Águas Residuais do Alentejo Central (AMCAL), Baixo Alentejo (AMALGA) e Alentejo Litoral (AMLA), cumpre-nos informar o seguinte.

No âmbito do PEAASAR 2000/2006 que previa a cobertura geral do País com Sistemas Plurimunicipais de Abastecimento de Água ou de Saneamento de Águas Residuais, foram previstos para a região do Alentejo 3 Sistemas Multimunicipais de Abastecimento e de Saneamento:

- Sistema Norte Alentejano;
- Sistema Centro Alentejo;
- Sistema Litoral – Baixo Alentejo.

O desenvolvimento dos estudos prévios, com vista à criação dos referidos sistemas foi acompanhado pelos Municípios através dos seus representantes nas diversas associações de municípios em que se agruparam.

Posteriormente, as associações de municípios manifestaram-se no sentido de apenas participarem em sistemas intermunicipais. Esta posição inviabilizou a criação do sistema litoral – baixo Alentejo, tendo alguns municípios prosseguido com as soluções intermunicipais e outros optado pelo modelo inicial, no âmbito dos sistemas multimunicipais.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Ministro

Os que optaram pelos sistemas intermunicipais utilizaram os estudos técnico-económicos preliminares nas águas de Portugal e desenvolveram uma candidatura ao programa operacional do ambiente com vista ao financiamento comunitário dos referidos projectos.

A solução preconizada pelos municípios tem enquadramento legal e afigura-se como sendo uma solução eficaz que está a merecer por parte do ministério a maior consideração.

Neste sentido foram tomadas diversas iniciativas com o objectivo de identificar e solucionar alguns problemas que subsistem para que este novo modelo de gestão seja efectivamente um modelo de sucesso.

A saber:

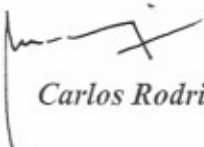
- Sustentabilidade económico-financeira dos sistemas
- Desenvolvimento dos projectos com taxas de participação comunitárias idênticas às dos Sistemas Multimunicipais do Alentejo
- Regulação dos sistemas intermunicipais
- Interligação entre a “alta” e a “baixa”
- Coerência com o modelo de reestruturação da AdP.

Todas estas questões têm sido regularmente debatidas com as associações de municípios envolvidas, IRAR, POA, AdP e Gabinete do Ministro das Cidades e Ordenamento do Território e Ambiente.

Assim que estiverem solucionadas com critério e rigor as questões essenciais, estamos em crer que os sistemas intermunicipais podem ser desenvolvidos de uma forma segura e eficaz cumprido os objectivos essenciais de prestar um serviço público às populações envolvidas de qualidade a preços adequados e aproveitando adequadamente os recursos financeiros comunitários.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete


Carlos Rodrigues